

OPINIÃO SOCIALISTA

PSTU
Nº649
De 16 a 30 de
março de 2023.
Ano 23

R\$2

(11) 9.4101-1917

PSTU Nacional

www.pstu.org.br

@pstu

Portal do PSTU

@pstu_oficial

LIT-QI
Liga Internacional dos Trabalhadores
Quarta Internacional

VINHO AMARGO

Expropriar as empresas que usam trabalho escravo

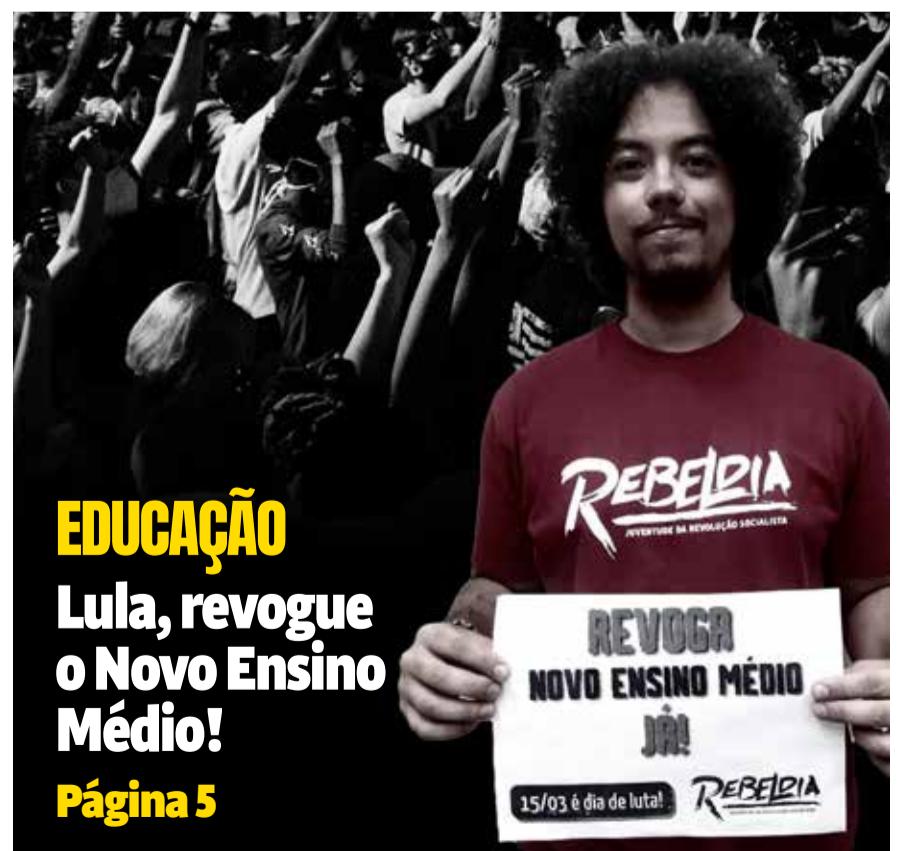
Páginas 8 e 9



TEORIA

Stálin foi o coveiro da Revolução Russa

Páginas 10 e 11



EDUCAÇÃO

Lula, revogue o Novo Ensino Médio!

Página 5

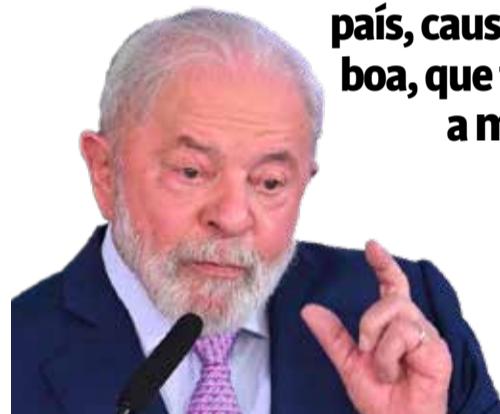
páginadois

ESTÁ MAIS DO QUE NA HORA...

CHARGE



“ Resolveram contar a história que os índios eram preguiçosos e portanto era preciso trazer o povo negro da África para produzir neste país. Toda desgraça que isso causou ao país, causou uma coisa boa, que foi a mistura, a miscigenação ”



Lula, em discurso na 52ª Assembleia Geral dos Povos Indígenas de Roraima (14/03)

LANÇAMENTO!



EDITORAS
sundermann
(11) 98649-5443

www.editorasundermann.com.br

METRÔ DE SP

Tarcísio de Freitas e a homenagem a bandeirante

O governador de São Paulo, o carioca Tarcísio de Freitas (Republicanos), decidiu mudar o nome de uma futura estação de metrô de Paulo Freire para Fernão Dias. A justificativa é que a decisão se deu após uma pesquisa de opinião ser feita com moradores de regiões próximas da futura estação. Mas ninguém acreditou. Tarcísio de Freitas é criado de Bolsonaro, mas tenta passar uma imagem mais “moderada”, embora governe com representantes do “bolsonarismo raiz” que sempre fizeram campanha contra Paulo Freire (1921-1997), considerado um dos princi-



pais educadores do mundo e autor do livro, “Pedagogia do Oprimido”. Já Fernão Dias foi um bandeirante que nos anos de 1600 empreendeu expedições ao sertão, con-

tra as missões jesuíticas em busca de indígenas para escravizar. Numa delas, retornou com mais de quatro mil indígenas que viraram escravos em suas fazendas.

MATA ATLÂNTICA

Governo petista libera construção de resort na Bahia

O Instituto do Meio Ambiente e Recursos Hídricos (Inema) da Bahia, autorizou o início das obras de um empreendimento na Ilha de Boipeba, que vai resultar no deflorestamento de Mata Atlântica para a construção de um resort da Mangaba Cultivo de Coco Ltda. Trata-se de uma empreitada turístico-imobiliária que fica na Fazenda Ponta dos Castelhanos, no sul da ilha. A licença de instalação abrange uma área similar à de 1.700 campos de futebol, com infraestrutura viária, aeródromo, pousadas, píer, 67 lotes residenciais e 20 lotes para atividades sociais dos endinheirados. O



empreendimento está em áreas protegidas por lei federal e a empresa de cultivo de frutas tem como sócios José Roberto Marinho, um dos herdeiros do Grupo Globo, e Armínio Fraga, economista e ex-presidente do Banco Central no governo (1999-2003). O novo governa-

dor da Bahia, o autodeclarado indígena Jerônimo Rodrigues apoia a decisão do Inema. Em reportagem ao Porto ((o))eco, entidades civis declaram que as gestões do partido no estado foram uma “escola para a má gestão ambiental de Bolsonaro e Ricardo Salles”.



Expediente

Opinião Socialista é uma publicação quinzenal da Editora Sundermann.

CNPJ 06.021.557/0001-95 / Atividade Principal 47.61-0-01.

JORNALISTA RESPONSÁVEL Mariúcha Fontana (MTb14555)

REDAÇÃO Diego Cruz, Jeferson Choma, Luciana Cândido

DIAGRAMAÇÃO Luciano Lasp

IMPRESSÃO Gráfica MarMar

CONTATO

FALE CONOSCO VIA WhatsApp

Fale direto com a gente e mande suas denúncias e sugestões de pauta

(11) 9.4101-1917

opiniao@pstu.org.br

Av. Nove de Julho, 925. Bela Vista - São Paulo (SP). CEP 01313-000



Lutar por uma pauta da classe trabalhadora

Fechávamos esta edição no dia em que o brutal assassinato de Marielle Franco e Anderson Gomes completa cinco anos. Meia década se passou desde que a então vereadora carioca, uma mulher negra, periférica e LGBTI, teve a sua vida abreviada por um atentado cujos mandantes permanecem uma incógnita.

Fica cada vez mais evidente que os trabalhadores e povo pobre não podem nutrir qualquer confiança nessa Justiça dos ricos, onde os interesses das milícias, da polícia, e dos poderosos em geral, são protegidos, enquanto a juventude pobre e negra continua sendo exterminada impunemente. Se houve as prisões dos assassinos de Marielle, foi porque houve muita luta e pressão. E sem mais luta e mobilização, os mandantes continuarão livres.

Prender quem mandou matar Marielle é um tema que interessa os trabalhadores. Mas temos que tomar cuidado com pautas que tentam empurrar para a classe como se fosse dela, mas que, além de não resolver em nada os principais problemas que afligem a maioria do povo. São, na verdade, uma cortina de fumaça para impedir que se veja o que realmente interessa. Ainda representa os interesses da burguesia e não permite que a classe lute por suas reivindicações.

A polêmica sobre os altos juros da Selic (taxa básica, que remunera os títulos da dívida) e o Banco Central (BC) é um exemplo. Lula reclama do atual presidente do BC, Campos Neto, e dos juros. A presidente do PT, Gleisi Hoffmann, conclama os movimentos sociais a irem às ruas contra os juros altos e Campos Neto. A direção da CUT, por sua vez, ao invés de organizar a classe e mobilizar os trabalhadores contra os banqueiros, por emprego, salário e pela revogação total da reforma trabalhista, chama manifestação pela redução dos juros.



INDEPENDÊNCIA DOS GOVERNOS E DOS PATRÔES

Para lutar e garantir a sua pauta, é preciso independência política das organizações dos trabalhadores. O atrelamento de entidades e centrais,

como a CUT, CTB, Força Sindical, etc., ao governo é um grave erro que desarma a classe, faz retroceder a organização e a capacidade de mobilização.

Serve como exemplo a posição da CSP-Conlutas, a única central hoje que não é atrelada ao governo, que em sua última reunião nacional faz um chamado às organizações do movimento para que encampem as reivindicações da classe e se mantenham independentes dos governos e dos patrões. Essa é uma exigência que todo trabalhador deve levar ao seu sindicato, à sua entidade e ao seu movimento.

LUTAR PELA PAUTA DOS TRABALHADORES E DO POVO POBRE

A direção da CUT e das demais centrais devem se lançar a uma forte luta pelo que de fato os trabalhadores precisam. E o que precisamos hoje é de emprego, salário, direitos, renda e serviços públicos de qualidade. A revogação total da reforma trabalhista, que precariza cada vez mais o emprego, é urgente, assim como a da Previdência. É preciso exigir a revogação do

Novo Ensino Médio, que é um enorme ataque contra a educação pública. Da mesma forma, é preciso aumentar o salário mínimo, não R\$ 18 ou R\$ 60, mas dobrá-lo, rumo ao salário do Dieese.

É necessário revogar integralmente a reforma do Ensino Médio, que avança na privatização e precarização da Educação. Garantir serviços públicos de qualidade: saúde, educação, moradia, saneamento básico, com salários dignos aos servidores federais que hoje enfrentam até 60% de defasagem, e de todos os níveis.

Outra medida urgente é a reforma agrária, a demarcação e homologação das terras indígenas e quilombolas, enfrentando o garimpo e o agronegócio.

Por outro lado, é preciso fortalecer uma oposição de esquerda que levante um projeto alternativo dos trabalhadores, e não de uma das alas da burguesia. Isso porque, para atender as reivindicações dos trabalhadores e mudar de fato esse país, é necessário atacar os capitalistas e os superricos.

Será preciso acabar com a suposta independência do Banco Central, mas não só, também suspender o pagamento da dívida aos banqueiros. E também parar e reverter o processo de entrega do país, reestatizando a Eletrobrás, a Vale, a CSN, retomando o que já foi entregue da Petrobras e impondo uma Petrobras 100% estatal, colocando-as sob controle dos trabalhadores para que atuem de acordo com as necessidades da população e do meio ambiente, e não para o lucro de meia dúzia de megainvestidores estrangeiros. É preciso ainda estatizar as empresas pegas explorando trabalho escravo e botar seus donos na cadeia.

Os trabalhadores não devem se alinhar à Fiesp ou a qualquer outro setor burguês, mas ao contrário, lutar contra todos eles para estatizar as 100 maiores empresas que, hoje, controlam a maior parte da nossa economia, e coloca-las sob controle operário.

**LEIA NO SITE:
[HTTPS://BIT.LY/3YVVO4A](https://bit.ly/3YVVO4A)**

CONTRABANDO DO JAIR

Bolsonaro e as joias da corrupção



ROBERTO AGUIAR,
DE SALVADOR (BA)

Bolsonaro e sua família são um tipo de sanguessuga que se chafurda em tudo quanto é esquema de corrupção que busca se beneficiar do dinheiro público. Não importa o grau do esquema, o que importa é ganhar dinheiro. Isso vai desde a rachadinha com o dinheiro do salário de assessores parlamentares, passando por depósitos de cheques suspeitos na conta de Michelle, o uso de funcionários

rios fantasmas, compra de mansões milionárias, até a apropriação de joias que deveriam constar como patrimônio da União, que foram incorporadas como bem pessoal do ex-presidente.

Durante todo o seu governo, Bolsonaro tentou criar a imagem de um humilde, com a cara do “povão”, que comia pão com leite condensado, usava bermuda e chinelo e assinava documentos com uma simples caneta Bic. Mas essa máscara caiu. Ele gosta mesmo é de joias valiosas, conforme revelou uma reportagem do jornal

O Estado de S. Paulo, publicada no último dia 3 de março.

O jornal paulista revelou que o governo Bolsonaro tentou trazer ilegalmente ao Brasil joias avaliadas em R\$ 16,5 milhões. O material foi apreendido por agentes da Receita Federal no Aeroporto de Guarulhos, em São Paulo, em outubro de 2021. Um pacote com um colar, anel, relógio e par de brincos de diamantes estava com um assessor do ex-ministro de Minas e Energia, Bento Albuquerque. Elas eram um presente do reino da Arábia Saudita para a então primeira-dama Michelle Bolsonaro.

SURUPIANDO O PATRIMÔNIO PÚBLICO

Integrantes do governo Bolsonaro tentaram entrar no país com as joias de forma ilegal, sem declarar à Receita Federal. Por lei, qualquer bem com valor acima de US\$ 1 mil precisa ser declarado, e os impostos, recolhidos imediatamente.

Após a apreensão das joias, foram realizadas ao menos quatro tentativas, por parte do governo, de retirar os itens da alfândega. A última delas teria ocorrido dois dias antes do fim do mandato, em 29 de dezembro do ano passado.

Contudo, Bolsonaro conseguiu colocar as mãos em um segundo pacote, trazido pela mesma comitiva, contendo uma caneta, um anel, um relógio, um par de abotoaduras e uma espécie de rosário, conseguiu passar de forma ilegal. De outubro de 2021 a novembro de 2022, esse pacote ficou escondido e sem registro oficial. As joias presentes nele só foram incorporadas ao patrimônio da União 13 meses depois.

SUMIÇO

Um documento oficial emitido pelo governo brasileiro e assinado pelo ex-ministro Bento Albuquerque, endereçado ao príncipe da Arábia Saudita, dá

conhecimento do recebimento de joias presenteadas ao Brasil e informa que estas foram “incorporadas à coleção oficial brasileira”, conforme determina “a legislação nacional e o código da administração pública”.

Contudo, essas joias desapareceram do acervo da Presidência da República. Bolsonaro surrupiou as joias quando foi embora do Planalto. Levou como se fosse um bem pessoal, quando na verdade as joias são da União.

Hoje cinco instituições investigam o caso das joias de Jair e Michelle Bolsonaro. Aquele que sempre fez discurso anticorrupção, em nome da moral e dos bons costumes, está sendo mais uma vez investigado por corrupção. Especialistas apontam que o ex-presidente genocida poderá responder pelos crimes de lavagem de dinheiro, desvio de recursos públicos (peculato), descaminho e delitos de natureza tributária.

SAIBA MAIS

Militares no ‘olho do furacão’

No mínimo sete militares estão envolvidos no caso das joias. Foram eles que trouxeram as joias de forma ilegal e tentaram recuperar o pacote apreendido pela Receita Federal.

Os militares são:

- **Bento Albuquerque:** almirante de Esquadra da Marinha, era ministro de Minas e Energia no governo Bolsonaro e liderou a comitiva que tentou entrar com as joias irregularmente no Brasil;

- **Marcos André dos Santos Soeiro:** tenente da Marinha, era o assessor do ministro Bento Albuquerque e foi quem teve as joias apreendidas em Guarulhos, ao tentar entrar no país sem declarar que estava com os presentes;

- **Julio Cesar Vieira Gomes:** ex-oficial da

- Marinha do Brasil, era o secretário que comandava a Receita Federal na gestão Bolsonaro, e atuou para tentar liberar as joias;

- **José Roberto Bueno Junior:** contra-almirante da Marinha, foi chefe de gabinete de Bento Albuquerque e assinou ofícios da Pasta, tentando liberar as joias apreendidas em Guarulhos;

- **Mauro Cid:** tenente-coronel do Exército, cumpriu a ordem de Bolsonaro e enviou um emissário em avião da Força Aérea Brasileira

- (FAB) para tentar retirar as joias apreendidas de Guarulhos;

- **Jairo Moreira da Silva:** primeiro-sargento da Marinha, enviado por Bolsonaro até Guarulhos para tentar retirar as joias dos cofres da alfândega;

- **Cleiton Henrique Holzschuk:** segundo-tenente do Exército, era assessor da Ajudância de Ordens do Gabinete Pessoal do Presidente da República e enviou ofício do departamento que pedia a liberação das joias.

CADEIA NELES!



LEIA NO SITE:
[HTTPS://BIT.LY/3JEDMUY](https://bit.ly/3JEDMUY)

Basta de impunidade

Bolsonaro e sua família são investigados por vários crimes. O caso das joias é mais um na lista. Mesmo com toda a repercussão, ninguém até agora foi preso.

As joias seguem com a família Bolsonaro. O ex-presidente, que já deveria estar preso pela tentativa de golpe no dia 8 de janeiro, segue impune e vivendo numa boa nos Estados Unidos.

NEGÓCIO DAS ARÁBIAS

É preciso investigar a fundo, pois não é todo dia que um

presidente recebe joias de presente nas cifras de milhões. Aponta-se, inclusive, que tais presentes poderiam ser propinas relacionadas à privatização da refinaria da Petrobras localizada na Bahia, a RLAM, comprada a preço de banana por um consórcio árabe.

Todos esses fios devem ser conectados e investigados. Bolsonaro e os militares envolvidos devem ser punidos. As joias devem ser devolvidas ao acervo da União. Basta de impunidade!

ATAQUE À EDUCAÇÃO PÚBLICA

Lula, revogue o Novo Ensino Médio!

 MANDI COELHO,
DO REBELDIA

Ao longo das últimas semanas, estamos vendo ser implementado em todo o país o Novo Ensino Médio (NEM), projeto cujo nome verdadeiro é reforma do ensino médio, que fez milhares de jovens secundaristas lutarem e ocuparem suas escolas em 2016.

O Ministério da Educação, que estava levando adiante o cronograma nacional de implementação do NEM, pressionado pelos estudantes e pelos movimentos sociais, abriu na última semana uma consulta pública sobre o tema e adiou etapas desse cronograma.

No entanto, esse adiamento, ao invés de partir da compreensão de que o NEM deve ser revogado, parte do ponto

de vista de que deveria ser aperfeiçoado. O ministro da Educação, Camilo Santana, afirmou que quer saber quais são os “elementos problemáticos” do NEM, como se fosse possível alterar o caráter desse projeto mudando uma ou outra parte.

LEIA NO SITE:
[HTTPS://BIT.LY/3FUZI8V](https://bit.ly/3fuZi8v)



ATAQUE

Desigualdade social na educação vai aprofundar



O projeto aprofunda o abismo entre a educação que recebem os filhos dos ricos e a que recebem os filhos dos trabalhadores. Na prática, o NEM tem significado que algumas escolas têm aulas de brigadeiro, sabonete e cuidar de

pets, enquanto nas escolas privadas existem grandes laboratórios cheios de recursos, aulas de robótica e muita tecnologia envolvida.

O problema está longe de ser que alguns estudantes tenham aula de RPG e outras matérias

absurdas. Mas sim que, com os itinerários formativos balizando o estudo, levando em conta que sem essa reforma a escola dos ricos e a dos trabalhadores já é muito desigual, que as escolas não serão capazes de oferecer todos os itinerários, e que matérias importantes como História, Geografia, Filosofia e Sociologia não serão mais ofertadas. Na prática o NEM destrói a educação pública e, assim, relega os estudantes pobres e trabalhadores a um nível superior de ignorância, ao rebaixar o acesso ao conhecimento.

O QUE ESTÁ POR TRÁS DO NEM?

Mas qual o objetivo da burguesia de rebaixar o acesso ao conhecimento? Temos visto mu-

danças globais, como o desenvolvimento da indústria 4.0, a urbanização das relações de trabalho, a tendência de reprimarização da economia etc. Em vários países surgem reformas trabalhistas para adaptar as relações de trabalho a esses novos paradigmas. No Brasil, tudo isso combinado significou dar um salto no grau de dependência do país ao imperialismo.

Não somos um país que tem como eixo central o desenvolvimento da indústria, criação de tecnologia, investimento em estudos e pesquisas científicas. O NEM, nesse contexto, é a expressão na educação da necessidade que o país tem de formar uma mão-de-obra que sirva a um projeto semicolonial, cada vez mais submissa e subalterna.

É verdade que existe um problema grave para os jovens hoje: o desemprego e a necessidade de ter mais qualificação e especialização para disputar uma vaga. Os entusiastas do NEM dizem que ele vai ajudar a resolver isso, uma vez que a evasão é grande porque a escola não apresenta perspectivas aos jovens, e agora sim. Só que, além desse ser um jeito de lavar as próprias mãos deles em relação ao desemprego, isso sequer é verdade. O NEM não vai resolver o problema do emprego na vida dos jovens, vai apenas nos preparar para ser uma mão de obra de um país cada vez mais submisso ao imperialismo.

REVOGAR O NEM!

Construir outro projeto para os trabalhadores!

O governo Lula, ao passo que não se compromete com a revogação, contribui para o desmonte da educação. É necessário exigir que Lula e o Ministério

da Educação revoguem esse projeto. E junto com isso, também precisamos debater um novo projeto de escola e de educação. Sabemos que a escola como

era antes não era boa, e também não resolvia os problemas da vida dos jovens. Queremos uma nova escola, feita pelos e para os trabalhadores.

DIA 15 É DIA DE LUTA!

UNE e Ubes precisam levar a luta pela revogação até as últimas consequências!

No dia 15 está sendo convocado um dia nacional de luta pela revogação do NEM. Esse dia é fruto da pressão dos estudantes e dos movimentos sociais, que há anos lutam contra a reforma do ensino médio. Existe uma contradição entre os governistas: a primeira declaração da presidente da União Brasileira dos Estudantes Secundaristas (Ubes), Jade Beatriz, sobre o tema foi que não

adiantava “revogar por revogar”, dando a entender, assim como o Ministro da Educação, que poderia haver brechas a serem aperfeiçoadas.

A revolta dos estudantes e dos movimentos pressionou a Ubes e a União Nacional dos Estudantes (UNE) a chamarem um dia nacional de luta. Esse é o primeiro passo, agora essas entidades precisam se comprometer em levar essa luta até o fim, o

que vai significar se enfrentar com o governo Lula. Mas muitos estudantes que fazem parte dessas entidades estão ocupando cargos no governo, e para fazer isso teriam que se voltar contra si mesmos. Nós precisamos exigir que mobilizem os estudantes na base para lutar, e que lutem até as últimas consequências em defesa da educação e dos jovens trabalhadores. Todos às ruas no dia 15!

MOVIMENTO 'RED PILL'

Grupos de ódio na internet potencializam violência contra as mulheres



ÉRIKA ANDREASSY,
DA SECRETARIA NACIONAL DE MULHERES DO PSTU

Há algumas semanas, o programa Fantástico veiculou uma matéria sobre o crescimento na internet de grupos misóginos, isto é, comunidades de homens que incitam o ódio e a violência às mulheres. Entre eles os "Red pill", que defendem a crença de que a sociedade vive um momento de crise, devido à luta das mulheres por igualdade, e que é necessário recuperar a "masculinidade" e a posição de "superioridade" dos homens.

Tal como os "Incel" (ou "celibatários involuntários"), que culpam as mulheres por não conseguirem ter relações

sexuais e endossam a violência contra elas e às LGBTIs, e os MGTW, sigla para "Men Going Their Own Way" (homens seguindo seu próprio caminho, na tradução livre), que pregam contra a suposta "tirania" das mulheres e se recusam a manter qualquer tipo de relação com elas; esses grupos são uma ameaça às mulheres, às nossas vidas e aos nossos direitos. Tanto por reforçar os estereótipos que inferiorizam a mulher e que justificariam as discriminações e desigualdade que vivenciamos em todas as esferas da vida; como no mundo do trabalho, com a



Thiago Schutz, o 'Calvo do Campari', ameaçou a atriz e humorista Lívia La Gatto.

desvalorização do trabalho feminino ou desigualdade de oportunidades e salarial; a naturalização das tarefas do-

mésticas e de cuidados; a regulação dos nossos corpos e de nossa sexualidade; etc. Mas também por comparti-

lhar mensagens pautadas no ódio e no desprezo às mulheres, o que potencializa a violência e os feminicídios.

MACHISMO

Do ódio no mundo virtual à violência no mundo real



misóginas dos "coaches da masculinidade", Schutz ameaçou-a com "processo ou bala", caso a postagem da moça não fosse retirada.

CRIMES DE ÓDIO

Crimes de ódio na internet estão cada vez mais recorrentes. Segundo dados da Safernet, em 2022, considerando o total desses crimes, como manifestações de racismo, LGBTIfobia, xenofobia, intolerância religiosa, neonazismo e outras apologias a crimes contra a vida, foram mais de 74 mil denúncias, quase 68% a mais do que em 2021. Casos de misoginia lideraram o ranking. Essa manifes-

tação de ódio cresceu 184% no último ano, conforme a organização.

Mas violência não se restringe aos espaços online. De acordo o Fórum Brasileiro de Segurança Pública, todas as formas de violência contra a mulher cresceram em 2022. O estudo "Visível e invisível", por exemplo, revelou que mais de 18,6 milhões de mulheres com 16 anos ou mais foram agredidas verbal ou fisicamente no último ano, e mais de 30 milhões afirmaram que foram vítimas de assédio.

'ESPOSAS TRADICIONAIS'

Na rasteira dos grupos do tipo "red pill" cresce também,

especialmente nos EUA, uma tendência denominada "Trad Wives", o que pode ser traduzido como "esposas tradicionais".

As adeptas desse movimento adotam um estilo de vida pautado pelo conservadorismo, exaltando o papel da mulher como dona de casa e responsável única pela criação dos filhos, enquanto valorizam o papel do homem como provedor da família. Defendem uma vida limitada ao ambiente doméstico e familiar, em que as mulheres devem ficar em casa, e compartilham receitas caseiras entre elas. Além de oporem-se total-

mente às políticas de contracepção e à legalização do aborto.

Algumas influenciadoras desse movimento se tornaram bastante populares, com milhares de seguidores nas redes sociais. Os conteúdos que veiculam reforçam o sexismo e a desigualdade de gênero e têm sido facilmente promovidos pelos algoritmos das redes, o que demonstra que a comunidade pode ser um terreno fértil para a disseminação de ideias opressivas sobre o papel da mulher na sociedade.

LEIA NO SITE:
[HTTPS://BIT.LY/3ZSDFF](https://bit.ly/3zSDFF)

CONTRA A OPRESSÃO

Fortalecer as mulheres trabalhadoras

Se, por um lado, esses movimentos propagam ideias que potencializam as opressões, por outro, seus influenciadores não estão apenas disseminando "valores" reacionários, e sim lucrando, e muito, com esse tipo de conteúdo, cuja capacidade de alcance do público e, consequentemente, monetização

é enorme. Sendo que as redes sociais, que servem como plataformas online para tais grupos, também se beneficiam da produção desse tipo de conteúdo.

Vale lembrar que as opressões são um componente fundamental do sistema de exploração capitalista, ao promover a divisão da classe e permitir

a superexploração da mão de obra feminina, negra, imigrante, LGBTI etc., por baixos salários. Economizando os custos da reprodução da força de trabalho ao atribuir às mulheres a responsabilidade pelos cuidados das crianças, dos idosos e dos enfermos, ajudam a ampliar os lucros dos patrões e servem à dominação de classe burguesa.

Por isso, o combate às opressões e às ideologias que as justificam, bem como a esses grupos que disseminam tais ideias é necessário, para unir a classe, fortalecer as mulheres trabalhadoras e a nossa luta conjunta contra a opressão e a exploração.



CASO NIKOLAS

A transfobia não cabe no nosso 8 de Março

DEBBIE LEITE,
DA SECRETARIA NACIONAL LGBTI DO PSTU

O8 de março, dia marcado pela luta das mulheres trabalhadoras pelo mundo, o deputado da ultradireita Nikolas Ferreira (PL) sobe ao microfone na Câmara dos Deputados com uma peruca, ironizando: “hoje eu me sinto mulher, deputada Nikole”.

O alvo do ataque foram as mulheres transexuais e as travestis, oprimidas duplamente, pela sua identidade de gênero e pelo machismo, uma combinação que as submete a uma violência brutal, à exclusão do mercado de trabalho e ao acesso aos direitos mais básicos.

Não podemos tolerar um ataque desses no país que mais assassina transexuais no mundo. O mandato de Nikolas deve ser cassado imediatamente e

ele deve ser julgado por crime de transfobia.

A transfobia é uma realidade, não um ‘sentimento’

Primeiramente, é preciso explicar: uma mulher transexual não é um “homem que se sente mulher”. O gênero não é definido unicamente pelo sexo biológico. O que é “papel da mulher” e “papel do homem” na sociedade, a lista de características e comportamentos que associamos com um gênero ou outro, são atribuições construídas socialmente, inclusive variando ao longo da história e ao redor do mundo.

Mesmo o machismo, opressão sobre o gênero feminino, não é resultado de um traço biológico dos homens, de serem “mais violentos” ou “mais



propensos à liderança” – é uma construção social, que pode e deve ser questionada e combatida.

As mulheres transexuais sofrem uma dupla opressão: são violentadas por assumirem

um lugar de “fetiche”, para a prostituição e a pornografia.

A brutal violência fica evidente nos índices de expectativa de vida, de apenas 35 anos. As mulheres trans pobres da classe trabalhadora são levadas à morte precoce, seja porque muitas são assassinadas, seja porque são jogadas na miséria. Tudo isso não é um “sentimento”, é a realidade que vivem essas mulheres todos os dias.

Discursos irônicos como do deputado Nikolas Ferreira, que acusa as mulheres trans de serem homens com más intenções, que querem invadir espaços femininos para sua própria vantagem, incitam essa violência. Aliás, vale questionar que vantagem seria essa, uma vez que a vida das mulheres trans é marcada pelo desemprego, marginalização e violência.

LUTA POR DIREITOS

As mulheres cis estão perdendo seus espaços?



Tandara critica
presença de mulheres
trans no vôlei feminino

Enquanto o discurso do deputado associa trans e travestis com um comportamento predatório sexual, na verdade, essas mulheres são muito mais frequentemente as vítimas das situações estupro e assédio.

Um exemplo disso seria o uso do banheiro feminino. A realidade é que ao entrar em um banheiro feminino, quem está sob o maior risco de sofrer uma agressão é a própria mulher trans, que muitas vezes é exposta e humilhada, tendo o básico direito de atender às suas necessidades fisiológicas negado. Assim como se ela entrasse em um banheiro masculino, estaria sujeita à assédio sexual e violência física. Ao serem impedidas de acessar os banheiros, as pessoas trans são efetivamente expulsas dos

lugares de estudo, trabalho e convivência social.

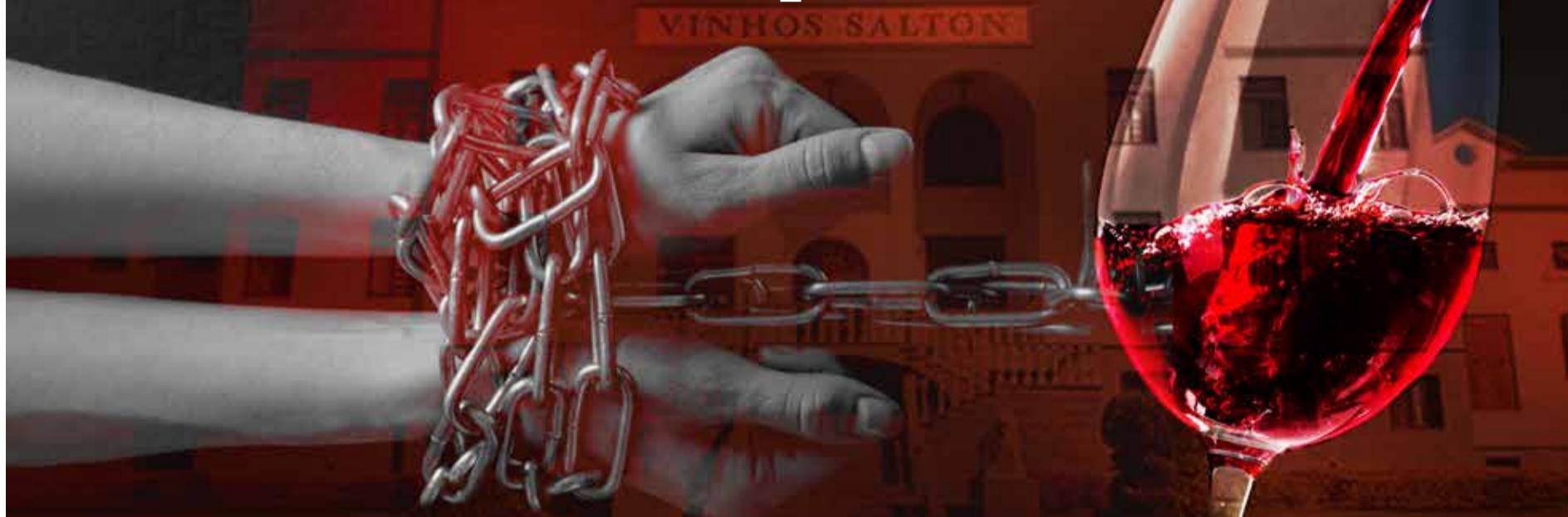
Outro exemplo citado foram os esportes. Segundo essa visão, as mulheres trans competindo nas categorias femininas teriam uma vantagem natural sobre as mulheres cis, por isso, seria necessário impedi-las de competir, ou empurrá-las para categorias masculinas. Uma discussão similar ocorre hoje nos Estados Unidos, com um projeto legislativo que impediria até mesmo crianças e adolescentes trans de praticar esportes.

Essa definição é tão arbitrária que até mesmo mulheres cisgênero já foram impedidas de participar de competições esportivas por conterem, naturalmente, níveis de testosterona considerados elevados de-

mais. Duas mulheres afetadas por isso nas últimas Olimpíadas, conforme reportado pela BBC, eram jovens negras da Namíbia. Nesse esforço de supostamente “proteger as mulheres esportistas”, esses impedimentos não fazem nada mais que expulsar as pessoas trans dos esportes e prejudicar inclusive pessoas cisgênero, muitas vezes afetando ainda mais as atletas negras.

A verdade é que as mulheres trans seguem marginalizadas, e quando conquistam algum espaço, isso não é uma derrota ou um risco para as mulheres cisgênero (isso é, pessoas que nasceram com o sexo feminino e se identificam assim ao longo da vida), é um avanço na luta por direitos das mulheres e LGBTIs.

O vinho amargo do trabalho escravo contemporâneo



DA REDAÇÃO

A操eração que resgatou 207 pessoas que trabalhavam em condições de escravidão nas vinícolas Aurora, Garibaldi e Salton, na colheita e carga e descarga de uvas em Bento Gonçalves (RS), mostrou novamente a dimensão do trabalho escravo no país.

Os trabalhadores denunciaram que foram vítimas de ameaças e maus tratos, incluindo o uso de choques elétricos e spray de

pimenta. Eles trabalhavam para uma empresa terceirizada, prestadora de serviços contratada pelas vinícolas, Fênix Serviços de Apoio Administrativo. A maioria dos trabalhadores era da Bahia e foi atraída por falsas promessas de receber um salário de R\$ 4 mil por mês e boas condições de serviço, como alimentação e alojamento decentes. Mas nada disso aconteceu. Além dos castigos físicos, seus alojamentos não tinham a menor condição de higiene, e a comida servida estava estragada.

As vinícolas se apressaram em

dizer que nada sabiam, e colocaram toda a culpa na empresa de terceirização. Difícil acreditar. Até porque esse é o padrão de todas as empresas flagradas com trabalho escravo: tirar o corpo fora e culpar a terceirizada.

BOM NEGÓCIO PARA OS CAPITALISTAS

À sombra de trabalho escravo, as vinícolas brasileiras registraram um faturamento recorde em 2023. A Salton faturou R\$ 500 milhões; a Aurora, R\$ 756 milhões; e a Garibaldi reportou um fatura-

mento de R\$ 265 milhões. Como se não bastasse, as três vinícolas têm ao menos 18 empréstimos ativos no Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), os quais totalizam R\$ 66,2 milhões. Dinheiro público financiando o trabalho escravo.

Enquanto o país se indignava, a entidade dos produtores de vinho do Rio Grande do Sul tentava justificar o trabalho escravo em vinícolas. Associação comercial de cidade da serra gaúcha põe a culpa na “falta de mão de obra”.

Um vereador bolsonarista de Caxias do Sul, município vizinho, Sandro Fantinel (Patriota) culpou os baianos pelo trabalho escravo em vinícolas: “Só sabem tocar tambor”, disse em um discurso na Câmara Municipal. “Não contratam mais aquela gente lá de cima”, ainda pediu. Além do óbvio racismo e xenofobia, o discurso dessa gente mostra toda a perversidade das elites da região. Ao contrário do que pensam e falam, é o Brasil pobre que sustenta o que eles acreditam ser “o Brasil rico”, e não o contrário.

BRASIL

Capitalismo e a recriação do trabalho escravo



LEIA NO SITE:
[HTTPS://BIT.LY/3LN8HFO](https://bit.ly/3LN8HFO)

Na escravidão contemporânea, o trabalhador é enganado por promessas mirabolantes de bons salários e condições de trabalho. No entanto, logo é atado por mecanismos de endividamento por sua passagem, hospedagem e alimentação, cujos

valores cobrados são estratosféricos, muito mais altos do que o normal. Para pagar a sua suposta “dívida”, o trabalhador é aprisionado, impedido de sair, submetido a castigos e humilhações. Esse mecanismo é conhecido como peonagem.

Desde 1995, quando o governo brasileiro criou o sistema público de combate ao trabalho escravo, mais de 60 mil trabalhadores foram resgatados. Mais de 80% são negros, 92% dos quais homens e 51% residem no Nordeste.

No Brasil, formas degradadas de trabalho existem há muito tempo e estão aí até os dias de hoje. Mas elas deixaram de ser um fenômeno restrito à fronteira agrícola ou a lugares longínquos da Amazônia (leia box ao lado). Na verdade, estão por toda a parte, principalmente no campo.

O crescimento do agronegócio impulsionou o trabalho escravo. De acordo com o Ministério do Trabalho, no período entre 2003 e 2014, o agronegócio foi campeão absoluto na utilização do tra-

balho escravo, com praticamente 80% dos trabalhadores libertados do trabalho em lavouras, plantação de cana, desmatamento e pecuária. No ano passado 87% dos resgatados estavam em atividades rurais. Não temos apenas os “escravizados do vinho”, mas também da madeira, da carne, da soja, do algodão, do café, do suco de laranja, da erva-mate, do sisal, do ouro e, claro, dos bordéis com a prostituição.

A produção de laranja para a Cutrale, por exemplo, foi alvo de resgate de escravizados em 2013 e para a Citrosuco, em 2013 e 2020. A Cosan (conglomerado brasileiro produtor de bioetanol, açúcar e energia) foi palco de um resgate de trabalhadores de uma de suas usinas de cana-de-açúcar em 2007.

Mas se lá na ponta temos trabalhadores em situação de escravidão, no topo da cadeia produtiva do agro temos um punhado de transacionais que controlam o financiamento, o armazenamento e a comercialização dos produtos. Hoje não são mais do que quatro grandes empresas (ADM, Bunge, Cargill e Louis Dreyfus) que controlam as exportações da soja na América do Sul, do eucalipto e o pinho para a pasta de celulose, do tabaco, da laranja, entre outros produtos.

Além das atividades agrícolas, o trabalho escravo vem aumentando em atividades urbanas, como na fabricação de roupas de marca e na construção civil. Resgates de escravizados ocorreram na linha de fabricação de roupas

da Zara em 2011, da Animale em 2017 e da M. Officer em 2013 e 2014. Em São Paulo muitos imigrantes bolivianos e paraguaios são vítimas de trabalho escravo no setor da confecção.

Muitas obras da empreiteira MRV foram palco de resgates

em 2021, 2014, 2013 e 2011. Até trabalhadores em obras de ampliação do Aeroporto Internacional de São Paulo, realizada pela construtora da OAS, foram resgatados em 2013.

Ao mesmo tempo que o agro-negócio utiliza um enorme e so-

fisticado desenvolvimento técnico, indústria 4.0, genética, insumos agrícolas, combina isso com essa forma degradante de trabalho que faz o setor sustentar suas enormes taxas de lucros. Em geral, o setor agroextrativista emprega pouca gente e paga baixos salários.

O trabalho escravo contemporâneo ganha impulso na profunda decadência da estrutura econômica brasileira, na qual cada vez mais o papel da indústria foi reduzido, e no aumento da desigualdade social. Hoje temos 90 milhões de trabalhadores e trabalhadoras

sem emprego ou subempregados, de acordo com o Anuário Estatístico do Instituto Latino-Americano de Estudos Socioeconômicos (Ilaese/2021). Enquanto isso, 20 maiores bilionários do país concentram mais riqueza que 60% da população.

RETRATO DE UM SISTEMA DECADENTE

Um grande negócio mundial

O trabalho escravo é expressão de um capitalismo decadente, que sistematicamente vem desvalorizando a força de trabalho e recriando o trabalho escravo para lucrar. A emergência da terceirização e a precariedade de cada vez maior do trabalho são expressões desse processo,

e abrem as portas para a escravidão moderna.

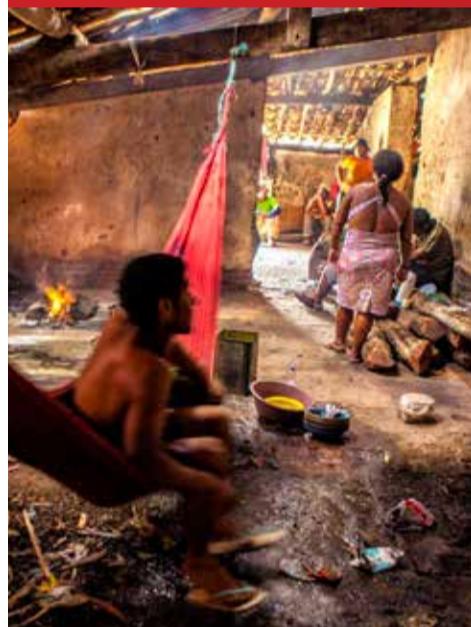
Em todo o mundo a escravidão tem se revelado um empreendimento lucrativo e florescente. Em 2005, a escravidão movimentava US\$ 32 bilhões. Em 2013, os lucros da escravidão haviam saltado para US\$ 150 bilhões.

O que alimenta a escravidão é a miséria crescente e a imensa desigualdade social promovida pelo capitalismo. De acordo com um levantamento feito pela Oxfam, os 2.153 bilionários do mundo têm mais riqueza do que 4,6 bilhões de pessoas – ou cerca de 60% da população mundial.

Enquanto isso, apenas a América Latina tem hoje 500 milhões de pessoas abaixo da linha da pobreza, um potencial exército de reserva que pode ser recrutado para o trabalho escravo. O drama das migrações de refugiados também pode engrossar esse exército.



SAIBA MAIS



Trabalho escravo presente na história do Brasil

A escravidão negra que existiu no Brasil por 400 anos – além da escravidão no sul dos Estados Unidos e Caribe – foi essencial para que o capitalismo pudesse nascer e se expandir pelo globo. A escravidão financiou a industrialização, a civilização europeia e ampliou o mercado mundial. Naquela época, a lei permitia que uma pessoa fosse propriedade da outra, uma mercadoria que poderia ser negociada em troca de dinheiro.

O fim da escravidão no Brasil, entretanto,

não impediu o surgimento de outras formas degradadas de trabalho que estão aí até os dias de hoje. A peonagem, por exemplo, foi usada no ciclo da borracha da Amazônia desde o final do século 19 e persistiu até os anos 1980. Na época da ditadura militar, grandes empresas compraram grandes fazendas na Amazônia e empregaram trabalho escravo. Uma delas foi uma fazenda da Volkswagen com 140 mil hectares no sul do Pará. Denúncias também envolveram

fazendas pertencentes ao Bradesco, à White Martins, ao Banco Mercantil, bem como de alguns empresários como Silvio Santos. Os trabalhadores, em geral camponeses despossuídos, eram recrutados nos estados do Nordeste.

A história do capitalismo brasileiro mostra que o sistema não prescinde do trabalho escravo para lucrar. Pelo contrário, essa forma de trabalho tem se ampliado principalmente com a decadência econômica do país.

SAÍDA

Um programa dos trabalhadores para acabar com a escravidão contemporânea



Desde 2010, o governo criou uma “lista suja” que proíbe a concessão de crédito rural a quem esteja nela relacionado. Bancos públicos e privados precisam checar a lista. A lista sempre foi atacada por associações do agronegócio e do setor imobiliário. Mesmo importante, a lista é uma medida insuficiente para erradicar o trabalho escravo moderno, que continua a se expandir. Por outro lado, as multas aplicadas até hoje aos empresários que promovem o trabalho escravo totalizam R\$ 127 milhões, uma fra-

ção dos lucros que eles obtiveram. É preciso expropriar, sem indenização, todas as empresas que promovem o trabalho escravo e destiná-las à reforma agrária ou ao uso habitacional urbano. Após o resgate de 207 trabalhadores em Bento Gonçalves, esse debate tomou as redes sociais. Em 2014, o Congresso Nacional adotou uma Emenda Constitucional ao artigo 243 que inclui a utilização de trabalho escravo como um motivo para expropriação de terras. No entanto, a Emenda ainda não

foi regulamentada, sendo sempre barrada por deputados da bancada ruralista.

O governo Lula não vai impulsionar a regulamentação da medida. Primeiro, porque atualmente a base ruralista compõe a base do governo no Congresso. Segundo, porque todos os governos do PT sempre impulsionaram o agronegócio com fortes isenções fiscais e empréstimos do BNDES. O resultado foi o aumento do trabalho escravo e o fortalecimento dos ruralistas.

É preciso enfrentar o agro, pu-

nir e expropriar as empresas que se utilizam do trabalho escravo. Mas isso só pode ser realizado a partir de muita luta, independente dos governos e dos patrões, envolvendo os movimentos sindical e social.

Mas também é preciso mudar a estrutura do país, pôr fim à desigualdade e a esse sistema que promove o retorno da escravidão. É preciso fazer uma reforma agrária radical, expropriar as terras do agronegócio, enfrentar os milionários e garantir emprego, renda e salário digno.

STÁLIN

A tentativa de ressuscitar um cadáver político



BERNARDO CERDEIRA,
DE SÃO PAULO (SP)

Em dia 5 de março se cumpriram 70 anos da morte de Stálin, o governante da União Soviética durante 30 anos. A Unidade Popular (UP), um partido de esquerda fundado recentemente, comemorou a data no Twitter exaltando os “70 anos da imortalidade de Josef Stálin”.

Em alguns tweets há afirmações como essas: “a vida e a obra do ‘marechal de aço’, como era conhecido, permanecem vivas e ganhando força a cada dia.” Ou ainda: “o legado de Stálin ilumina o caminho da luta de classes e reforça a necessidade de fazer a revolução e esmagar o capitalismo”.

A UP só faltou chamar Stálin de Guia Genial dos Povos, como faziam os stalinistas na época “áurea” em que todos os Partidos Comunistas se submeteram vergonhosamente ao culto à personalidade e à banalização burocrática.

Stálin e o stalinismo foram totalmente desprestigiados quando as burocracias governantes restauraram o capitalismo na URSS, na China e demais antigos estados operários burocratizados e quando as massas se levantaram e derrubaram os regimes ditoriais que as opriam. Por isso, os que querem ressuscitar Stálin só podem fazê-lo tentando proceder a uma enorme falsificação histórica.

‘COVEIRO DA REVOLUÇÃO’

Na verdade, Stálin foi o máximo ditador de um regime contrarrevolucionário com métodos parecidos ao fascismo que assassinou mais de 1 milhão de comunistas opositores, para defender os privilégios materiais de sua cama-rialha burocrática. Foi um regime que massacrou milhões de camponeses e membros de nacionalidades minoritárias da URSS, perseguiu LGBTs e retrocedeu em direitos que as mulheres haviam conquistado com a Revolução Russa.

O stalinismo foi o contrário do bolchevismo e do marxismo. Essa burocracia foi produto da derrota da revolução mundial e do retrocesso e isolamento da URSS. Para se afirmar no poder e defender os seus privilégios, teve que julgar e executar nos Processos de Moscou toda a Velha Guarda do Partido Bolchevique, isto é, os dirigentes que haviam estado à frente da Revolução Russa. Nas palavras de Trotsky, Stálin foi o “coveiro da Revolução”.

STÁLIN E A SEGUNDA GUERRA

Mas a exaltação que a UP faz dessa figura nefasta não para por aí. Afirma que o “importante papel que Stálin desempenhou na construção do socialismo na União Soviética e na derrota do nazifascismo na 2ª Guerra Mundial

Any of the original members of the Central Committee of the Communist Party during the November Revolution who did not die of natural causes or other reasons were killed by Stalin's agents.



A mando de Stalin, 14 membros do CC dos Bolcheviques de 1917 foram assassinados.

são fatos inegáveis e que teimam em contestar as versões burguesas da história”. Essa lenda também é uma falsificação muito difundida. Na verdade, a luta heroica do povo soviético que derrotou o nazifascismo se deu apesar e contra Stálin, cujo papel na Segunda Guerra foi desastroso; por exemplo, a criminosa execução de 40 mil oficiais do Exército Vermelho, inclusive seus melhores generais apenas três anos antes da invasão das tropas de Hitler. Ou o pacto Stálin-Hitler e a confiança que Stálin depositava nas promessas de Hitler, o que deixou a URSS desprevenida no momento da invasão alemã.

PAI DA RESTAURAÇÃO DO CAPITALISMO

A UP também chega a dizer que “durante os mais de 30 anos do governo de Stálin, os povos da URSS acabaram com o desemprego, a fome, o analfabetismo e as crises econômicas, através da construção do socialismo”.

“Construção do socialismo”? Querem nos fazer acreditar nessa farsa? Os 30 anos do governo de Stálin, mais outros 30 anos de governos de seus colaboradores e discípulos, enterraram as conquistas da Revolução Russa e preparam a restauração do capitalismo na década de 1980.

Basta observar a trajetória de Stálin e da camarilha stalinista que ele formou. A

burocracia dirigente da URSS e as dos novos estados operários burocratizados que se formaram depois da Segunda Guerra foram minando as bases sociais desses estados e terminaram por restaurar o capitalismo em todos eles. Os ex-stalinistas se transformaram em burgueses. Esse é o exemplo da China e da Rússia. E muitos Partidos Comunistas se transformaram diretamente em partidos burgueses, como a maioria do PCB que se transformou em PPS (hoje Cidadania) ou o ex-Partido Comunista Italiano que, depois de rupturas e fusões, hoje é parte do Partido Democrático, um partido burguês. Essa história não se pode apagar.

MAIS DO QUE ATUAL

Por que a luta contra o stalinismo continua importante nos dias de hoje

Muitos companheiros jovens, comunistas sinceros, opinam que a luta histórica dos trotskistas contra o stalinismo, desde a Oposição de Esquerda que se formou na URSS em 1923, não tem sentido nos dias de hoje. Al-

guns stalinistas e neostalinistas afirmam que a luta entre trotskistas e stalinistas é uma “briga de torcidas” como em um jogo de futebol.

O assunto merece uma resposta política e teórica que ajude as novas gerações

a chegarem às suas próprias conclusões. O combate ideológico, político, teórico e programático contra a herança do stalinismo é fundamental hoje, porque o papel que o stalinismo cumpriu, apoiando-se no

peso da URSS e na usurpação da herança da Revolução Russa, foi tão violento e tão nefasto para o movimento operário mundial que influencia até hoje todas as correntes oportunistas, traidoras e burocráticas

TEORIA DOS CAMPOS

Por exemplo, o stalinismo foi o responsável por sistematizar e dar um corpo teórico à política de colaboração de classes e unidade com a burguesia, através da política da Frente Popular aprovada no



6º Congresso da Internacional Comunista em 1935.

A política da Frente Popular se baseava na “Teoria dos campos” ou do “campo burguês progressista”, que substituía a ideia da luta de classes entre a

burguesia e o proletariado pela concepção da luta entre dois campos: de um lado estaria o campo da burguesia reacionária, da ultradireita e do fascismo; de outro, o campo “progressista” formado pela classe operária, os setores populares e a burguesia “progressista”.

Segundo essa teoria, os revolucionários deveriam lutar para que governos progressistas chegassem ao poder e governassem com seu apoio ou participação. É o oposto do que diziam os mestres do marxismo: que os revolucionários nunca podem participar ou apoiar governos burgueses porque estes levarão o movimento operário a terríveis derrotas.

NOS DIAS DE HOJE

Atualmente a unidade com a burguesia para governar é praticamente uma unanimidade na esquerda mundial. Basta ver a Frente Amplia Lula-Alckmin e setores do centrão no governo atual. Ou os governos ditos “progressistas” da América Latina. Ou os governos socialdemocratas na Europa. E todos levaram e levam a derrotas.

A teoria dos campos está intimamente ligada à falsa teoria do “socialismo em um só país” que pregava que o socialismo poderia ser alcançado na URSS pelas condições excepcionais do país, ou seja, por sua extensão territorial e riquezas naturais. Por isso, a tarefa fundamental dos comunistas de todo o mundo seria defender a URSS, subordinando a revolução socialista mundial aos interesses da URSS. Isso também contradiz os princípios do marxismo, que o socialismo só pode ser um sistema internacional que implica que a classe operária tome o poder nos países capitalistas avançados, caso contrário, a economia mundial capitalista terminaria prevalecendo.

A maior evidência da falência do “socialismo em um só país” é que os países do chamado “socialismo real” sucumbiram totalmente às pressões do capitalismo mundial, e a burocracia stalinista decidiu restaurar o capitalismo e transformar-se, ela própria, em uma nova burguesia como a Rússia e a China.

FALSIFICANDO A HISTÓRIA

O stalinismo, para justificar a sua ditadura, gerou uma fal-

sificação histórica de que o regime político do socialismo seria um regime de partido único, o Partido Comunista, que deveria eliminar totalmente a democracia operária nos Sóviets (Conselhos), transformando-os em órgãos decorativos e instaurando uma ditadura burocrática que se tornou ditadura unipessoal, a de Stálin. E essa ditadura se assentava em um partido monolítico, sem direito a qualquer debate democrático e em que qualquer crítica poderia ser punida com o fuzilamento.

Para justificar a perseguição e o assassinato dos revolucionários que se opunham a ele, o stalinismo introduziu a degeneração moral dentro do movimento operário. Criou uma verdadeira escola de calúnias e falsificações. Impôs a regra do vale-tudo contra as correntes revolucionárias críticas. E justificou, como nunca antes, a violência e os assassinatos dentro do movimento operário e revolucionário. Esses métodos são hoje aceitos como válidos e justificados por burocratas, traidores e oportunistas de diferentes correntes em todo o mundo.



Stalin mandou apagar da história oficial todos aqueles que eram considerados ameaças à sua ditadura. Um exemplo clássico disso são adulteração e o “desaparecimento” de adversários em fotos históricas.

Essas falsificações do que seria o socialismo, da independência de classe, do regime político de um Estado operário, do partido revolucionário e da moral dos revolucionários continuam presentes até hoje entre a vanguarda. Por isso, longe de ser uma “briga de torcidas”, o combate contra essas falsificações e contra essa herança do stalinismo abrange problemas centrais para o movimento operário e é de importância fundamental para as novas gerações de comunistas.

BALANÇO HISTÓRICO

A crítica dos trotskistas é importante?



Stálin aperta a mão do ministro dos Negócios Estrangeiros nazista, Joachim von Ribbentrop, após assinar em Moscou, em 23 de agosto de 1939, um pacto de não agressão com os nazistas.

Muitos dizem que essas críticas ao stalinismo podem ser corretas, mas as minimizam, tentando diminuir a importân-

cia de quem as faz. Um típico “argumento” desse setor da vanguarda é que o trotskismo não teria dirigido nenhuma revolução, logo não teria a autoridade política para fazer essas críticas.

Esse é um argumento muito pobre. A justeza da crítica teórica e política não depende do fato de seus autores terem dirigido uma revolução ou um Estado. Marx e Engels não puderam dirigir nenhuma revolução porque a época histórica em que viveram não proporcionou a eles essa oportunidade, mas nenhum socialista sério colocará em dúvida seu papel como fundadores do socialismo científico ou suas

críticas aos reformistas e anarquistas. Só o papel histórico do trotskismo como corrente opositora ao stalinismo já demonstra sua importância na história.

Mas, acima de tudo, esse é um argumento errado no seu conteúdo. Qual foi a maior revolução da história, a primeira, a mais completa e consequente? Não foi a Revolução Russa? Quem a dirigiu? Depois de Lenin, que foi o seu dirigente máximo, Trotsky foi, sem dúvida, quem mais se destacou e foi presidente do Soviete de Petrogrado. Quem foi o fundador, organizador e principal dirigente do Exército Vermelho que derrotou

a contrarrevolução? Foi Trotsky. Stálin teve um papel secundário na revolução.

Outros dirigentes que depois integraram a Oposição de Esquerda tiveram um papel de primeira linha como Rakovsky, presidente do Conselho de Comissários do Povo da Ucrânia Soviética; Ivan Smirnov, que era considerado o Lenin da Sibéria por seu papel dirigente nessa região durante a guerra civil. Preobrazhensky, comissário do povo para os assuntos econômicos; Piatakov, que segundo Lenin era o mais destacado membro do Comitê Central. Antonov-Ovseenko, que liderou

a tomada do Palácio de Inverno em outubro de 1917.

Os trotskistas na URSS foram presos, enviados a campos de trabalhos forçados e depois fuzilados, inclusive esses dirigentes. Os trotskistas tiveram que enfrentar não só a contrarrevolução nazista e imperialista em todo o mundo, mas também a ação contrarrevolucionária do stalinismo que fez uma frente única com a reação mundial. Foram derrotados e massacrados, mas suas críticas e seu diagnóstico se mostraram corretos e mantêm toda a sua força e atualidade.

**LEIA NO SITE:
[HTTPS://BIT.LY/3TG1RUX](https://bit.ly/3TG1RUX)**

ASSISTA OS EPISÓDIOS NO CANAL DO PSTU



Assista esses ou + conteúdos no nosso portal do

YouTube/@PORTALDOPSTU

NICARÁGUA

Lula silencia frente aos crimes de Daniel Ortega contra a humanidade



FÁBIO BOSCO,
DE SÃO PAULO (SP)

No último dia 2 de março, o grupo de especialistas apontado pelo Conselho de Direitos Humanos da Organização das Nações Unidas (ONU) para investigar as violações na Nicarágua denunciou o regime de Daniel Ortega e de sua esposa Rosario Murillo por crimes contra a humanidade.

Desde os protestos pacíficos contra a reforma da previdência em abril de 2018, mais de 350 manifestantes foram assassinados por forças policiais e paramilitares. Além disso, 317 dissidentes políticos tiveram sua nacionalidade cancelada, entre os quais 222 presos políticos que foram expulsos do país em 7 de fevereiro. O relatório denuncia ainda prisões arbitrárias e tortura. Entre os dissidentes expul-

sos está a lendária comandante sandinista Dora María Téllez, imortalizada na crônica de Gabriel García Marques – “Assalto ao Palácio” – escrita em 1978.

No dia seguinte, 54 países integrantes do Conselho de Direitos Humanos da ONU endossaram as denúncias, mas o Brasil se manteve ao lado da ditadura nicaraguense e se limitou a anunciar que pode receber os dissidentes nicaraguenses que tiveram sua nacionalidade retirada.

UM LONGO HISTÓRICO DE REPRESSÃO

A repressão contra dissidentes faz parte da tradição sandinista. Após tomar o poder em 19 de julho de 1979, a Frente Sandinista de Libertação Nacional tratou de montar juntas de reconstrução nacional com setores burgueses, desarmar a população e formar um exército e polícia regulares.

Em meio a esse processo, em 14 de agosto de 1979, o governo sandinista prendeu e deportou 70 integrantes da Brigada Simón Bolívar que combateram a ditadura de Anastasio Somoza e se dedicavam a organizar sindicatos independentes.

Mas os traços de repressão mais visíveis vieram a partir do retorno de Daniel Ortega ao poder em 2006. Antes de ser eleito, Ortega apoiou a proibição total do aborto no país. Em 2008 fraudou as eleições municipais e reprimiu duramente os protestos em Manágua e León. Em 2013, reformou a lei eleitoral que permite a reeleição ilimitada e estabelece seu controle sobre o Conselho Supremo Eleitoral.

Em 2014, esmagou os protestos camponeses contra a expropriação de suas terras para a construção de um canal interoceânico. Em 2018 supriu os protestos contra a re-



forma da previdência. Em 2020, impôs leis de exceção que permitem prender por “traição à pátria” qualquer cidadão que critique pu-

blicamente seu governo. Em 2021 prendeu sete candidatos opositores frente à iminente derrota eleitoral de seu governo impopular.

CAPITALISMO E POBREZA

Enquanto país afunda na miséria, sandinistas ficam ricos



A Nicarágua possui 6 milhões de habitantes, 40% camponeses. A maioria vive em situação de pobreza. Mas o país possui mais milionários que a Costa Rica. Essa situação se aprofundou nos 16 anos de governo Ortega-Murillo.

Em 2006, entrou em vigor o Acordo de Livre Comércio com os Estados Unidos (Cafta), e com ele se ampliaram os investimentos estrangeiros que vão

controlar as riquezas do país.

Além disso, o ex-presidente da Venezuela Hugo Chávez estabeleceu investimentos anuais de US\$ 600 milhões. Estes investimentos garantem um crescimento anual médio de 4% do PIB até 2018, quando a economia entrou em recessão.

O crescimento econômico possibilita alguns programas assistenciais, que garantiram a popularidade do governo até

2018, mas principalmente fortalece a nova burguesia sandinista, formada por dirigentes sandinistas que se apropriam de bens e concessões públicas, entre os quais se destaca a família Ortega - dona de 22 empresas capitalistas particularmente redes de televisão. Essa nova classe capitalista está aliada à velha classe capitalista, corrupta e direitista, para governar o país.

RETÓRICA

Ortega e a farsa do anti-imperialismo

As relações com os Estados Unidos são marcadas por farras verbais e muita colaboração econômica e política.

O governo Ortega-Murillo mantém a Cafta, que beneficia principalmente os capitalistas norte-americanos. Cerca de 60% das exportações nicaraguenses

vão para os Estados Unidos.

Além disso, o exército nicaraguense mantém excelente relação com o Comando Sul das Forças Armadas norte-americanas. Há também acordos com a DEA (agência norte-americana de combate ao narcotráfico) em torno da “guerra contra as drogas”.

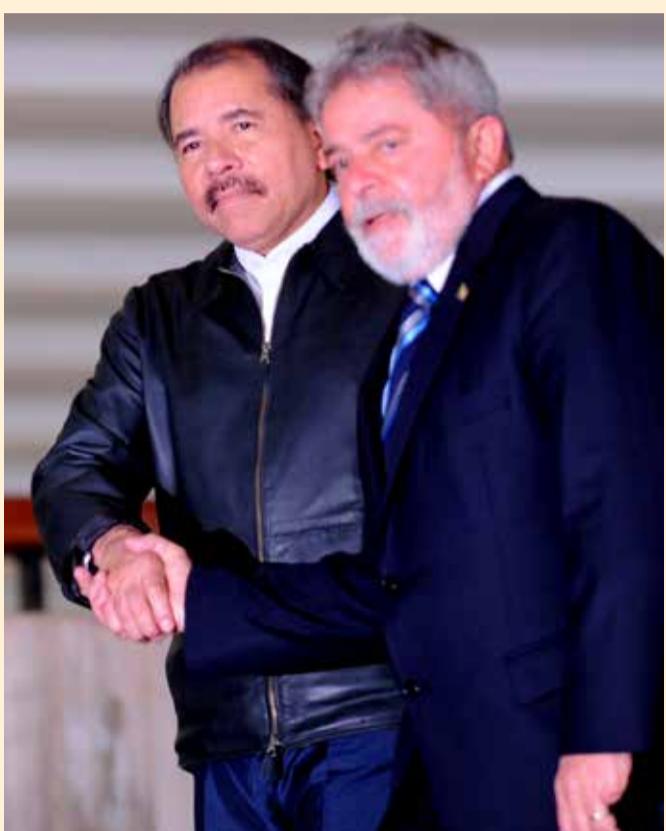
Por fim, o governo Ortega-Murillo se dedica a transformar a Nicarágua em um muro de contenção à migração terrestre para os Estados Unidos.

Na relação com os Estados Unidos, essas ações falam mais alto que o repertório anti-imperialista.



DITADURAS

O apoio de Lula à ditadura nicaraguense vai na contramão da luta do povo brasileiro



A posição do governo Lula de ficar ao lado da ditadura nicaraguense abandona a defesa das liberdades democráticas que foram importantes na história recente do Brasil.

O Brasil viveu sob uma ditadura cívico-militar entre 1964 e 1984. Nesse período, a ditadura assassinou ao redor de 10 mil pessoas entre ativistas de esquerda nas cidades, camponeses, trabalhadores rurais e povos indígenas. No período mais duro, os países vizinhos e os Estados Unidos apoiavam a ditadura e silenciavam sobre os crimes contra a humanidade praticados no Brasil. Mas havia governos europeus ou de esquerda que se posicionaram contra as atrocidades, e dessa forma foram um importante ponto de apoio para a classe trabalhadora e a esquerda brasileira.

Infelizmente, Lula, ele próprio vítima da famigerada Lei de Segurança Nacional (LSN), esquece dessa experiência e dá as costas ao povo nicaraguense para apoiar uma ditadura que é sua aliada.

Se essa estratégia prevalecer, todos os explorados e oprimidos por regimes aliados a Lula, como os de Cuba (onde há mais de 700 presos políticos), Venezuela, Rússia (que já matou 100 mil ucranianos no último ano), China (que supriu os protestos em Hong Kong e prende o povo Uighur em campos de concentração em Xinjiang), Coreia do Norte, não contarão com o apoio do governo brasileiro, mas poderão contar com a solidariedade de todos e todas que não abandonamos a luta por liberdades democráticas, nem abrimos mão da luta pelo socialismo e pela revolução mundial.

NICARÁGUA E A LIT

A Brigada Simón Bolívar na revolução

A revolução nicaraguense cumpriu um papel muito importante na fundação da Liga Internacional dos Trabalhadores – Quarta Internacional (LIT-QI), à qual integra o PSTU. Em 1979, os trotskistas liderados por Nahuel Moreno formaram a Brigada Simón Bolívar para lutar na Nicarágua contra a ditadura de Somoza. A brigada saiu da Colômbia e passou a combater na Frente Sul, a partir da Costa Rica.

Seu principal feito foi a tomada da cidade portuária de Bluefields, a principal da costa Atlântica. Três combatentes foram mortos e vários ficaram feridos.



Após a queda de Somoza, os integrantes da brigada formaram em Bluefields um governo sem capitalistas, contrariando a orientação dos sandinistas, e organizaram na capital 90 sindicatos representando cerca de 20 mil trabalhadores e trabalhadoras.

Por esse motivo, 70 estrangeiros integrantes da brigada foram presos, deportados para o Panamá, torturados pelo governo local e expulsos para seus países.

Os dirigentes da Quarta Internacional

(Secretariado Unificado), baseada em Paris e liderada por Ernest Mandel, apoiaram a repressão sandinista. Dois anos depois, Mandel declarou que os sandinistas eram mais democráticos que os bolcheviques.

Esse apoio à repressão levou os trotskistas liderados por Nahuel Moreno, então a principal corrente na América Latina, a romperem com os mandelistas e fundarem, em 1982, a Liga Internacional dos Trabalhadores – Quarta Internacional (LIT-QI).

CSP-CONLUTAS

‘Organização, luta, combatividade e independência frente aos governos e patrões’

Coordenação Nacional da CSP-Conlutas faz 1ª reunião de 2023 e aprova programa dos trabalhadores, chamado às centrais para que se mantenham independentes do governo e plano de lutas



DA REDAÇÃO

“Essa reunião reafirmou que a central é independente dos governos e dos patrões.” A independência de classe frente à burguesia e aos governos de turno, inclusive em relação ao governo federal encabeçado por Lula e Alckmin numa ampla coalizão, foi a principal marca desta

1ª reunião da Coordenação Nacional da CSP-Conlutas, realizada, de forma híbrida, de 10 a 12 de março na capital paulista. A frase é ressaltada por Paulo Barela, que compõe a Secretaria Executiva Nacional (SEN) da central e é também dirigente do PSTU. “Frente a esse novo governo de ampla coalizão da burguesia, a CSP-Conlutas se coloca do lado dos trabalhadores, posicio-

nando-se como oposição de esquerda e buscando mobilizar o conjunto dos trabalhadores para fazer os enfrentamentos necessários para buscar nossas conquistas”, afirma. Barela dá como exemplo a própria categoria que compõe, do funcionalismo público, que enfrenta uma dura intransigência por parte do governo na luta pela recomposição das perdas dos últimos anos.

UM PROGRAMA EMERGENCIAL

Sob a responsabilidade de ser a única central hoje sem qualquer ligação com o governo, a reunião da CSP-Conlutas aprovou um programa com algumas das principais reivindicações dos trabalhadores, do povo pobre e dos movimentos de luta pela terra, por moradia e contra as opressões.

A coordenação reafirmou a luta pela revogação integral

das reformas trabalhista e da Previdência, além do aumento emergencial dos salários, dobrando o mínimo rumo ao salário calculado pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese) – R\$ 6.547,58. A resolução final chama ainda à mobilização pela demarcação e titulação das terras indígenas e quilombolas, além do despejo zero, o direito ao aborto, o fim do feminicídio, a luta pelos direitos aos LGBTQIA+, cota para pessoas trans e respeito ao nome social, além das demais pautas da classe trabalhadora e dos setores mais oprimidos. A resolução faz também um chamado às entidades sindicais, estudantis e populares que integram as frentes Povo Sem Medo e Brasil Popular, bem como o Fórum das Centrais, a que não se atrelem ao governo e organizem as lutas.

“Essa primeira reunião do ano teve o papel fundamental de discutir uma política de enfrentamento a governos e aos patrões, de tirar uma política mais voltada aos trabalhadores”, avalia Davi Jr., dirigente do Sindicato dos Químicos de São José dos Campos e Região e da Secretaria Executiva Estadual da CSP-Conlutas, além de integrante da corrente Unidos Pra Lutar. “Esse intuito se provou nos debates que ocorreram, tanto no de conjunta quanto na elaboração política e das lutas das categorias”, reforça.

Além de um programa de lutas, a coordenação também aprovou um calendário com as principais mobilizações do próximo período (leia abaixo). Preparou ainda a largada para a organização do 5º Congresso da CSP-Conlutas, programado para setembro em São Paulo.

“Essa reunião nos mostrou que é preciso muita unidade da nossa classe e muita

disposição para lutar, pois o governo que aí está beneficia banqueiros, grandes empresários e o agronegócio, e dedica migalhas para a classe trabalhadora. Se não houver mobilização, luta e organização, não vamos avançar, então podemos resumir assim: ‘Organização, luta, combatividade e independência frente aos governos e patrões’, finaliza Barela.

O QUE SE DISSE



Vanessa – Luta Popular

“É importante essa reunião justamente para a gente poder se articular e articular as lutas para este momento. O Luta Popular acompanha 1.600 famílias com risco de despejo, são famílias de São Paulo, Minas Gerais, Rio, Pernambuco. Maioria das famílias chefiada por mulheres. E o governo propõe a volta do Minha Casa Minha Vida que, pra gente, não adianta, porque tem que ter uma renda acima de dois mil e poucos reais, sendo que nosso salário mínimo é uma miséria. É preciso que haja uma política de habitação de fato a essas famílias.”



ÀS RUAS

Plano de lutas



A definir – Novo Dia Nacional de Mobilização em defesa do pagamento do piso da enfermagem;



14/03 – Ato pela punição dos assassinos e mandantes de Marielle e Anderson;



15/03 – Dia Nacional de Mobilização da Juventude Estudantil pela revogação da reforma do ensino médio;



20/03 – Ato Nacional pela redução dos juros, autonomia do Banco Central e suspensão do pagamento da dívida pública, redução e congelamento dos preços dos alimentos e combustíveis;



31/03 – Dia Nacional de Mobilização: Ditadura nunca mais! Prisão de Bolsonaro e punição aos golpistas de 8 de janeiro;



1º/05 – Dia Internacional dos Trabalhadores. A central organizará um ato de caráter nacional e classista em São Paulo, com as pautas dos trabalhadores e dos movimentos.

MOVIMENTO

Coordenação reflete as lutas vivas dos trabalhadores



DA REDAÇÃO*

Com um painel formado por representantes de categorias em luta, como o funcionalismo público, a educação, a enfermagem, os metroviários e com a presença do ativista Paulo Lima, o Galo, liderança dos entregadores antifascistas e do movimento Revolução Periférica, a reunião da coordenação da CSP-Conlutas refletiu algumas das principais lutas que ocorrem hoje no país.

Galo falou sobre o avanço na consciência de classe entre os entregadores, categoria marcada pela mais absoluta informalida-

de e superexploração. “Vi muita gente que tinha raiva de sindicato, da palavra ‘greve’, e de lá pra cá muita coisa evoluiu, e a categoria passou a usar a greve para reivindicar direitos e enfrentar a exploração”, relatou, defendendo que só “mobilização, organização e conscientização da classe” podem mudar a situação dos trabalhadores do setor.

A LUTA PELA REVOGAÇÃO DA REFORMA DO ENSINO MÉDIO

A principal luta na educação hoje é pela revogação da reforma do ensino médio, expressão da precarização e

tentativa de privatização do ensino público. “O ensino médio pedia mudanças, mas não para ensinar como fazer brigadeiro [disciplina optativa que vem sendo oferecida], como estão fazendo. Não era pra aprofundar a lógica privatista, mas de valorização e mais investimentos”, afirmou Mirna Maia, trabalhadora da educação no Rio de Janeiro e da SEN da CSP-Conlutas.

“Um dos centros da CSP-Conlutas deve ser pela revogação dessa reforma, e a única forma é buscar avançar no calendário de luta, unificar pela base, denunciar as direções burocráticas, disputar a direção do movimento”, defendeu a também integrante da SEN Silvia Letícia. “Estamos exigindo da CNTE [Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação] a construção do próximo dia 22 como dia nacional de luta pela revogação integral da reforma do ensino médio”, reforça Flávia Bischain, do Coletivo Reviravolta na Educação e da Executiva Estadual da CSP-Conlutas.

SERVIDORES FEDERAIS

Os servidores públicos amargam perdas de até 60% nos últimos anos. Apesar disso, o governo federal, após suspender unilateralmente várias reuniões, propunha apenas o que o próprio governo Bolsonaro havia destinado à categoria: 7,8%. Com a pressão, aumentou para irrisórios 9%.

“Temos visto que não há disposição efetiva das entidades, de setores ligados ao governo, à CUT, em construir uma mobilização que pressione o governo. Mas, como tem defendido a CSP-Conlutas, somente um real processo de mobilização e pressão poderá arrancar as reivindicações do funcionalismo, que não se limitam apenas ao reajuste emergencial, mas que haja recursos no país alocados para valorizar os serviços públicos”, afirmou Fabiano Santos, dirigente do Sindicato dos Trabalhadores do Judiciário Federal no Estado de São Paulo (Sintrajud-SP).

ENFERMAGEM NA LUTA PELO PISO

Uma das categorias que vem protagonizando fortes lu-

tas são os trabalhadores da enfermagem. Apesar da aprovação da Lei do Piso, o Supremo Tribunal Federal (STF) suspendeu a sua implementação sob o falso argumento de falta de recursos. “É preciso construir um dia nacional de paralisação da enfermagem para garantirmos finalmente esse direito que é uma reparação histórica, principalmente àqueles que deram sua vida para salvar vidas na pandemia”, defendeu Érica Galvão, técnica de enfermagem de Natal.

METROVIÁRIOS DE BH EM GREVE HÁ MAIS DE UM MÊS

Em greve há mais de um mês, os metroviários de BH lutam contra a privatização da Companhia Brasileira de Trens Urbanos (CBTU), leiloada em dezembro. Os trabalhadores só conseguiram ser recebidos pelo governo no último dia 28 de fevereiro, após um forte ato em Brasília. “Vamos ocupar as ruas, nada de ser amigo do governo. Eles defendem o lado deles, e nós temos de defender o nosso”, afirmou o metroviário Reginaldo Campos.



RESISTÊNCIA E MEIO AMBIENTE

Luta em defesa dos territórios foi tema da Coordenação Nacional



LEIA NO SITE:
[HTTPS://BIT.LY/3LESB1X](https://bit.ly/3LESB1X)

Um painel sobre as lutas indígena e em defesa do meio ambiente reuniu diversas lideranças dos povos originários e de movimentos sociais pelo país.

“Nos matam e levam nossas riquezas, e não é de hoje. Os problemas continuam, e estamos indo mais para o fundo. Dizem que tudo vai melhorar, que vão acabar com a fome, que temos riqueza, mas a gente não vê para onde vai isso [essas promessas]. E isso tudo não é só com a gente. É também com o meio ambiente. O rio grita, os povos gritam”, denunciou Anuia Amary, da etnia Yawalapiti, do Xingú.

Raquel Yaporã Tremembé, da SEN da CSP-Conlutas, reforçou que a resistência dos povos indígenas é travada todos os dias e que Bolsonaro aprofundou um problema antigo. “Diariamente vivemos as violações e a invisibilidade. Muitos de nossos parentes tiveram vidas ceifadas lutando para que pudéssemos dar continuidade à luta. A mídia faz parecer que é algo do momento, mas na verdade sempre existiu. Bolsonaro piorou a situação, mas não causou tudo isso sozinho. Isso tudo é resultado de décadas de violações”, ressaltou.

INTERNACIONALISMO



A solidariedade à resistência dos trabalhadores da Ucrânia contra a invasão russa e as lutas na Europa, como contra a reforma da Previdência na França, também foram tema da coordenação.

ASSISTA NA ÍNTEGRA



O debate sobre conjuntura nacional

mural

5 ANOS SEM MARIELLE

Garantir a punição dos mandantes e assassinos nas ruas e com mobilizações

Em 14 de março, completam-se cinco anos do brutal assassinato de Marielle Franco e do motorista Anderson Gomes. No entanto, não se está nem perto de saber quem são os mandantes e quais são suas motivações. A demora nas investigações e nos resultados é justificada pela complexidade do caso e pelo “profissionalismo” dos executantes. Inclusive, os dirigentes do PSOL, partido de Marielle, endossaram esta razão em meio aos vários protestos que denunciavam a demora na

resolução do caso. Porém, ainda que os assassinos de Marielle fossem de fato profissionais no ramo das execuções, essa não é a principal causa de tanta demora, mas sim o fato de que as forças que deveriam elucidar o caso estão, em parte, também envolvidas na autoria do crime.

As investigações e levantamentos da imprensa apontam para uma rede complexa e poderosa que envolve a milícia e políticos, incluindo até mesmo o ex-presidente Jair Bolsonaro e seus filhos. Por isso, sempre se pergun-

tou: “Quem mandou o vizinho do Bolsonaro matar Marielle?”.

Quais as ligações políticas, sociais e ideológicas entre a milícia (e especificamente os executantes do assassinato) e o clã Bolsonaro? Em relação aos motivos do crime, o próprio Raul Jungmann, ex-ministro da Segurança Pública do governo de Michel Temer (MDB), afirmou que haveria um “complô”, com “interesses que envolvem agentes públicos, milícias e políticos” que estariam dificultando a resolução do caso. Ou seja, impro-

vável que a motivação do assassinato não tenha sido a luta que

Marielle travava contra os grupos paramilitares, as milícias.



INDIGENISTA

Após 36 anos, delegado é condenado pelo assassinato de Vicente Cañas



Depois de longos 36 anos, o mandante do assassinato do padre jesuíta Vicente Cañas foi

condenado pela justiça. Vicente Cañas foi um missionário espanhol que veio ao Brasil nos anos

1960 e logo começou a defender os indígenas Enawenê-Nawê, do noroeste do Mato Grosso.

Cañas viveu parte de sua vida como um Enawenê-Nawê e como um deles morreu. Morou entre eles, foi batizado por eles, trabalhou pela preservação de seu território com demarcação da Terra Indígena Enawenê-Nawê. Cañas foi assassinado no interior da floresta em abril de 1987, presumivelmente no dia 6 ou 7. Seu corpo foi encontrado quarenta dias depois. Cañas constantemente de-

nunciava a presença de fazendeiros e madeireiros nas áreas dos povos indígenas que viviam no noroeste do Mato Grosso.

O resultado do julgamento resultou na confirmação da condenação do ex-delegado Ronaldo Antônio, que vai pegar mais de 14 anos de prisão em regime fechado. Em 2006, entretanto, Antônio Osmar chegou a ser absolvido pelo Tribunal do Júri do Mato Grosso. O Ministério Público recorreu da decisão e, em 2015, o TRF1 anulou o júri por

considerar a decisão manifestamente contrária à prova dos autos, determinando a realização de um novo julgamento. O delegado atuou na “apuração” do crime na época, e culpou os Enawene pelo assassinato.

Os Enawene esperam agora que com a confirmação da condenação, o crânio do missionário seja finalmente liberado para ser levado ao território Enawene, onde será sepultado com o restante do corpo dando descanso ao seu espírito.

DEMARCAÇÃO JÁ!

Zeca do PT defende fazendeiro e ataca Guarani e Kaiowá

O deputado estadual do Partido dos Trabalhadores e ex-governador do Mato Grosso do Sul, Zeca do PT, se solidarizou com o que há de mais conservador no capitalismo brasileiro: os latifundiários do agronegócio.

No discurso, o parlamentar afirmou que “dois ônibus derramaram indígenas lá”, referindo-se à ação de retomada do tekoha, movimento

Raul”, em referência ao fazendeiro José Raul das Neves Jr. que cultiva, irregularmente, soja em território de uso tradicional Guarani no município de Rio Brilhante, no Mato Grosso do Sul.

No mesmo discurso, o parlamentar afirmou que “dois ônibus derramaram indígenas lá”, referindo-se à ação de retomada do tekoha, movimento

social protagonizado pelos povos Guarani e Kaiowá que possibilitou o avanço das demarcações de terras, mesmo contra a vontade dos governos. A fala do parlamentar é um desrespeito à luta dos povos originários que, inclusive, ajudou a eleger candidatos do PT que diziam trazer um novo tempo, depois de quatro anos de intensos ataques da ultradireita.

Ainda no mesmo discurso, o deputado garantiu que o presidente Lula não aceitará “invasões” de terras e que a demarcação e reforma agrária só sairão com a compra de terras.

A afirmação de que “não há estudo antropológico definindo ser terra indígena”, além de ser inverídico, não justifica a defesa do latifúndio. A área de ocupação tradicional Guarani e

Kaiowá, reivindicada, integra a Terra Indígena Brilhantepagua cuja demarcação não foi finalizada, em um processo que se arrasta desde 2007.

Todo apoio aos Guarani e Kaiowá na retomada dos tekohas. Solidariedade aos lutadores e lutadoras que enfrentam a polícia, as milícias rurais e o Estado, por uma terra para reprodução da vida. Demarcação Já!